

**DESTINOS DOS RECURSOS FINANCEIROS RECUPERADOS NO
ÂMBITO DA OPERAÇÃO LAVA-JATO**

Felipe Rempp Ribeiro
Gabriel Cesar Gonçalves de Araujo Cervinski

Resumo

Os destinos dos recursos financeiros recuperados pela lava-jato são imensos, e a curiosidade sobre o futuro destes, despertou-nos um gatilho para criar este artigo. O presente artigo científico visa compreender, analisar e solucionar o estudo de caso referente à Operação Lava-Jato e o destino dos fundos recuperados na mesma, que teve e ainda tem repercussões atuais, principalmente no âmbito do Direito Empresarial brasileiro. Tem como objetivo esclarecer os pontos mais controversos e questionáveis dessa investigação e o seu impacto perante os recursos financeiros recuperados. Importante frisar o papel que o Direito Empresarial têm na sociedade, posto que a empresa é voltada para a produção de bens e serviços, ocasionando a movimentação da economia nacional. Pressupondo que os atos empresariais são praticados com a finalidade lucrativa, gerando empregos e com a consciência de que a atividade produtiva envolve o interesse de várias pessoas, busca-se entender o porquê de importantes princípios e pontos não foram protegidos e amparados pelo próprio Poder Judiciário nesta investigação em questão, tendo isso em vista, traremos aqui alguns pontos interessantes sobre os destinos dos fundos da lava-jato.

Palavras-chave: Operação Lava-Jato. Dinheiro público. Função Social.

1 INTRODUÇÃO

Diante de uma situação bastante atual e totalmente controversa em que o Brasil e as empresas nacionais passam e estão passando em frente à grande investigação de natureza criminal que teve seu início em Curitiba, Paraná, em meados de 2014, ficando conhecida como Operação Lava-Jato, o presente tema em questão vem a questionar tais medidas adotadas no curso da investigação, o impacto das mesmas diante das empresas, os tipos de punições e se os princípios empresariais foram devidamente respeitados e, por fim, para onde foram ou irão os recursos financeiros recuperados no âmbito da operação.

Com a deflagração da operação, constatou-se que havia um grande esquema de corrupção, envolvendo tanto a lavagem de dinheiro quanto o seu desvio, contando com o envolvimento de grandes empresas do país, em conjunto com os empresários e políticos. Grandes empreiteiras, como a Odebrecht, Camargo Corrêa, entre diversas outras, estavam envolvidas nessa investigação. No entanto, veremos que diversos princípios foram absolutamente inobservados ao longo da Lava-jato.

Por fim, pudemos analisar algumas operações que foram realizadas com os fundos da operação lava-jato, desde auxílio no combate às queimadas na Amazônia, até mesmo a destinação de R\$ 1.6 bi ao ministério da saúde para combate ao Coronavírus.

2 DESENVOLVIMENTO

A operação Lava Jato está presente até mesmo no exterior, um exemplo é a Suíça, onde autoridades brasileiras conseguiram um apoio imediato do Ministério Público da Suíça. Normalmente os procuradores Suíços conseguem um bloqueio de bens imediato, porém os valores arrecadados só serão repassados ao final do processo sendo que não haja mais nenhuma possibilidade de recursos. A operação Lava Jato está presente até mesmo no exterior, um exemplo é a Suíça, onde autoridades brasileiras conseguiram um apoio imediato do Ministério Público da Suíça. Normalmente os procuradores Suíços conseguem um bloqueio de bens

imediatamente, porém os valores arrecadados só serão repassados ao final do processo sendo que não haja mais nenhuma possibilidade de recursos. Após a deflagração da operação os dois países estão atuando em conjunto, além de trocarem informações a Suíça transferiu suas investigações ao Brasil, como é o exemplo do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que está preso desde outubro de 2016.

Na primeira fase da Operação Lava Jato, os mandados de prisão e de busca e apreensão relativos a Operação Lava Jato foi expedida em Curitiba e outras 16 cidades do Paraná. Posteriormente, os agentes federais também foram cumprindo ordens judiciais em outros Estados: São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Alagoas, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul. No total, 112 pessoas haviam sido presas, entre detenções preventivas e temporárias, até agosto.

Eduardo Cunha sempre negou as acusações, porém a Suíça mandou à Procuradoria Geral da República documentos de comprovação de contas bancárias secretas de Eduardo, da mulher e da sua filha. Além de passaporte e dados pessoais do ex-deputado, os documentos comprovam uma existência de conta bancária nos Estados Unidos há cerca de 17 anos.

No momento, a Suíça mantém cerca de 1 mil contas bloqueadas de brasileiros investigados pela Lava Jato. O próprio Ministério Público da Suíça já afirmou que a Lava Jato é "o maior caso de lavagem de dinheiro da história do país".

Em julho de 2013, a investigação começa a monitorar as conversas do doleiro Carlos Habib Chater. Pelas interceptações, foram identificadas quatro organizações criminosas que se relacionavam entre si, todas lideradas por doleiros. A primeira era chefiada por Chater (cuja

investigação ficou conhecida como “Operação Lava Jato”, nome que acabou sendo usado, mais tarde, para se referir também a todos os casos); a segunda, por Nelma Kodama (cuja investigação foi chamada “Operação Dolce Vita”); a terceira, por Alberto Youssef (cuja apuração foi nomeada “Operação Bidone”); e a quarta, por Raul Srour (cuja investigação foi denominada “Operação Casa Blanca”).

O monitoramento das comunicações dos doleiros revelou que Alberto Youssef, mediante pagamentos feitos por terceiros, “doou” um Land Rover Evoque para o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa. Devido ao grande empenho da Polícia Federal, Ministério Público e da Magistratura, por meio de delações premiadas conseguiram descobrir um grande montante em dinheiro desviados por pessoas físicas e jurídicas, integrantes do crime organizado.

O juiz Sergio Moro é um dos principais responsáveis pela acusação de muitas pessoas por corrupção governamental e demasiado desvios de verba pública para interesses particulares, foi ele quem decretou a prisão do ex-presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva.

Após praticamente 5 anos da deflagração da operação pode-se dizer que teve bons resultados, tais como um total de R\$ 451,5 milhões ressarcido ao estado do Rio de Janeiro em 16 acordos de colaboração. Desse total, R\$ 250 milhões já foram devolvidos ao estado no mês de março de 2017, o qual foi usado para o pagamento do 13º salário atrasado de cerca de 146 mil aposentados.

Em todos os casos de corrupção na história do país antes da Lava Jato, soma-se um montante de algo em torno de R\$ 148 milhões. Só de valores recuperados pela Lava Jato no exterior, já soma um total cinco vezes maior: R\$ 763 milhões.

Tem-se um total de bens bloqueados de R\$ 3,2 bilhões que se refere a Luiz Inácio Lula da Silva, entre esses bens bloqueados encontra-se o Tríplice do Guarujá. "A tendência, se não houver acordo, é que (os

valores) fiquem bloqueados por anos a fio, até o final do processo", diz Galvão.

"Vai demorar um pouco para quitar, mas é um dinheiro que não tem controvérsia. Tem prazo para pagar", pondera Galvão. Referindo-se aos R\$ 11,5 bilhões de repatriação que serão totalmente devolvidos diretamente às vítimas.

Os principais órgãos responsáveis pela operação, Ministério Público e Polícia Federal, querem ficar com uma parte do dinheiro recuperado que estão de certa forma carente de verbas. Contudo nenhum órgão público atua por si e para si, mas totalmente em nome do Estado e para o Estado, e debaixo da lei.

Todo o dinheiro reposto pelos infratores deve ingressar no Tesouro da União, por força do princípio da unidade de tesouraria expresso no art. 56 da Lei nº 4.320/64. E depois que ingressa, só poderá sair de lá em forma de pagamento de despesa autorizada e fixada na LOA.

Se o dinheiro recuperado pudesse ser utilizado pelo órgão responsável iria se perder por completo o controle e a fiscalização das despesas públicas. Já teve um caso de destinação de verba recuperada que foi diretamente repassada do órgão ministerial para as instituições pública como a Universidade de São Paulo. Porém nunca se ouviu falar em qualquer tipo de prestação de contas, o que seria o certo a seguir conforme o parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal. "Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumas obrigações de natureza pecuniária".

O “órgão público vive apenas do que previsto no orçamento aprovado pelo Legislativo” porque “a mesclagem do público com o privado não interessa o Estado, não interessa a sociedade”. Ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio (BBC Brasil)

A operação que iniciou há cerca de 5 anos já tem um bom resultado, dinheiro recuperado, réus condenados e bens bloqueados, porem a Lava Jato veio para ficar, não tem uma estimativa de tempo que irá durar pois tem muitos investigados que não devolveram o montante roubado, e não pensam em devolver, pois a justiça muitas vezes é falha, deixando os réus certo tempo presos e após são soltos, então para eles é mais vantajoso ficar preso e não devolver o dinheiro.

“Pessoalmente, confesso que eu estou um pouco cansado do trabalho. Gostaria que estivéssemos chegando perto de algum final, mas não depende de mim”. Diz Sérgio Moro.

“Não consigo dizer com certeza, porque é um caso em andamento e às vezes novas evidencias aparecem. Um dia eu disse que poderia terminar no fim do ano, e a maioria das empresas que pagaram propinas já foram ouvidas, acusadas e julgadas. Minha parte deve ser no fim do ano, mas não posso dizer com certeza”. Segundo Sérgio Moro (Julho de 2016).

Todo o dinheiro recuperado, não vai somente para o governo ou então para Petrobras, tem muitos órgãos vitimados pela rouboalheira entre eles estão a Eletrobrás, Caixa Econômica Federal, Estados e Municípios. Em 2015 os chefes da operação Lava Jato do estado do Paraná devolveram dinheiro ao então presidente da Petrobras que 3 anos depois foi condenado a 11 anos pela operação.

Em Curitiba foi possível identificar vítimas determinadas, porem no Rio de Janeiro o maior prejudicado foi o próprio estado, com isso é possível definir como o dinheiro recuperado será usado. Pode ser que seja usado na segurança pública, na educação ou também na saúde, o estado vai definir onde deverá ser utilizado o dinheiro. Por exemplo em março de 2017 foi

devolvido ao estado cerca de R\$ 250 milhões o qual foi utilizado para fazer o pagamento do 13º salário de cerca de 146 mil aposentados que estava atrasado.

Dentre os principais envolvidos na operação e com grande chance de perder o foro privilegiado estão os seguintes políticos e suas respectivas funções.

Presidente Michel Temer (MDB-SP). **Governadores – 3** Renan Filho (MDB-AL), Robinson Faria (PSD-RN), Fernando Pimentel (PT-MG). **Senadores – 12** Aécio Neves (PSDB-MG), Ciro Nogueira (PP-PI), Edison Lobão (MDB-MA), Eunício Oliveira (MDB-CE), Garibaldi Alves Filho (MDB-RN), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Humberto Costa (PT-PE), Ivo Cassol (PP-RO), José Agripino Maia (DEM-RN), Renan Calheiros (MDB-AL), Romero Jucá (MDB-RR), Valdir Raupp (MDB-RO). **Deputados federais – 35** Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), Alfredo Nascimento (PR-AM), Anibal Ferreira Gomes (MDB-CE), Andres Sanchez (PT SP), Arlindo Chinaglia (PT-SP), Arthur Maia (PPS-BA), Cacá Leão (PP-BA), Carlos Zarattini (PT-SP), Celso Russomanno (PRB-SP), Dimas Fabiano Toledo (PP-MG), Fábio Faria (PSD-RN), Felipe Maia (DEM-RN), Heráclito Fortes (PSB PI), Jandira Feghali (PCdoB-RJ), José Carlos Aleluia (DEM-BA), José Mentor (PT-SP), José Otávio Germano (PP-RS), Lúcio Vieira Lima (MDB-BA), Luiz Fernando Faria (PP-MG), Luiz Sergio (PT-RJ), Marco Maia (PT-RS), Maria do Rosário (PT-RS), Mário Negromonte Jr. (PP-BA), Milton Monti (PR-SP), Missionário José Olímpio (DEM-SP), Ônyx Lorenzoni (DEM-RS), Roberto Balestra (PP-GO), Rodrigo Garcia (DEM-SP), Rodrigo Maia (DEM-RJ), Sandes Júnior (PP-GO), Vander Loubet (PT-MS), Vicentinho (PT-SP), Yeda Crusius (PSDB-RS), Waldir Maranhão (PSDB-MA), Walter Alves (MDB-RN).

A Petrobras lançava as licitações para prestação de serviços, porém um grupo de empresas formou um cartel, para que sempre uma dessas empresas ganhasse a licitação. Nessa cena entravam os doleiros que eram os responsáveis por lavarem o dinheiro ilícito que era obtido por meio da licitação. Grande parte do dinheiro desviado ia para o financiamento de campanhas de partidos políticos. A Petrobras sofreu perdas de mais de 6 bilhões de reais pela corrupção. No ano de 2014 ela fechou o ano com saldo negativo, o que não acontecia desde 1991.

Com isso, tentando equilibrar as contas, diminuiu investimentos e demitiu funcionários. Na operação são investigadas pessoas comuns e políticos. Após a investigação a Polícia Federal repassa o material ao Ministério Público, o qual decide se denuncia ou não aquilo que foi investigado.

Os políticos têm foro privilegiado, ou seja, só podem ser julgados pelo STJ. Já os cidadãos comuns são julgados em Curitiba e os políticos em Brasília.

2.1 – ALGUNS NUMEROS DA LAVA-JATO E CURIOSIDADES

1114 procedimentos instaurados; 482 mandatos de busca e apreensão; 50 acordos de delação premiada; 2,9 bilhões devolvidos aos cofres públicos; 67 condenações que somam 900 anos de prisão.

O agente da Polícia Federal Newton Hidenori Ishii, responsável pela escolta dos suspeitos à Polícia Federal, ganhou notoriedade em todo país. Descendente de japoneses, Ishii ficou conhecido como “Japonês da Federal” e ganhou marchinha, máscaras e bonecos gigantes de Carnaval.

A Operação Lava Jato rendeu um filme “A Lei é Para Todos”, dirigido por Marcelo Antunes, em 2017.

Em 190 termos de depoimentos, Paulo Roberto Costa e Youssef citaram Dilma Rousseff onze vezes. Nas declarações consta que a campanha presidencial de Rousseff em 2010 recebeu 2 milhões de reais do esquema de propina da Petrobras. Nas eleições presidenciais de 2014, as empreiteiras investigadas pela operação Lava Jato doaram, juntas, quase 98 milhões de reais aos dois candidatos à Presidência que disputaram o segundo turno, Aécio Neves e Dilma Rousseff.

As delações da Odebrecht mencionam propina nas campanhas para presidência de Dilma Rousseff e nas campanhas estaduais de Sérgio Cabral, Geraldo Alckmin e Luiz Fernando Pezão.

Algumas consultorias calcularam que a retração na economia do país causada pela Operação Lava Jato seria em torno de 1% a 1,5% do PIB por ano. Os efeitos diretos e indiretos da Operação Lava Jato na economia do país podem ter causado, segundo projeção da consultoria Go Associados para 2015, uma retração de mais 140 bilhões de reais na economia do país.

Segundo o jornalista João Borges, do G1, isso se deve à Petrobras ter de rever todos seus investimentos em empresas investigadas ligadas ao mercado de óleo e gás; obras pararam ou atrasaram, empresas perderam crédito e, conseqüentemente, o desemprego cresceu.

Segundo o jornalista, embora a operação tenha efeitos, não poderia ser diferente, e o efeito da recessão pode ser diluído no tempo, se os efeitos saneadores da Lava Jato na administração do dinheiro público forem permanentes.

Já Bruno Lavieri, da 4E Consultoria, afirmou que os efeitos na economia são da corrupção, e não da operação. "Não seria a Lava Jato a responsável pela destruição de empregos, a estagnação etc., mas todo o esquema de corrupção que motivou a investigação [...] culpar a Lava Jato nos parece algo como culpar o médico por ter descoberto a doença do paciente."

3 CONCLUSÃO

Após muito tempo de investigação foi deflagrada a grande operação Lava Jato que tem por objetivo descobrir e punir supostos órgãos, empresas e pessoas envolvidas com os desvios de dinheiro público e corrupção. Dentre os principais acusados temos ex-presidente da república, ex-deputados, ex funcionários públicos e políticos.

Os últimos dados atualizados que temos são que já foram recuperados cerca de 13% de todo o montante de dinheiro desviado, será um processo longo e demorado, pois até acontecer o pagamento de todas as dívidas dos acusados vai demorar. Foram bloqueados os bens dos acusados para o pagamento das dívidas ativas. Esses bens irão a leilão e o dinheiro arrecadado com a venda dos mesmos irá para uma conta judicial até o final da ação. E após o término da ação o dinheiro será devidamente restituído aos seus respectivos donos, entre eles a Petrobras, o governo, os estados e municípios vitimados, a Eletrobrás e os demais órgãos.

REFERÊNCIAS

BBC Brasil. Os 51 políticos investigados na Lava Jato que perderão foro privilegiado se não se reelegerem. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43792084/>> Acesso em 27 de março de 2021.

NEXO. O que acontece com o dinheiro recuperado pela Lava Jato. Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/04/11/O-que-acontece-com-o-dinheiro-recuperado-pela-Lava-Jato/>> Acesso em 28 de março de 2021.

TODA MATÉRIA. Lava Jato. Disponível em <<https://www.todamateria.com.br/lava-jato/>> Acesso em 28 de março de 2021.

Estado de Minas Política. Documentos da Suíça revelam que esquema de Cunha movimentou R\$ 411 milhões. Disponível em <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/10/18/interna_politica,698934/documentos-da-suica-revelam-que-esquema-de-cunha-movimentou-r-411-mil.shtml/> Acesso em 21 de maio de 2021.

BBC Brasil. Lava Jato: MPF recupera R\$ 11,9 bi, mas devolver todo dinheiro às vítimas pode levar décadas. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43432053/>> Acesso em 21 de maio de 2021.

GLOBO. Sérgio Moro condena ex-presidente Lula a 9 anos e 6 meses de prisão. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/07/sergio-moro-condena-ex-presidente-lula-9-anos-e-6-meses-de-prisao.html>> Acesso em 21 de maio de 2021.

JUS. Destino dos recursos financeiros recuperados no âmbito da operação Lava Jato. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/72629/destino-dos-recursos-financeiros-recuperados-no-ambito-da-operacao-lava-jato>> Acesso em 21 de maio de 2021.

Sobre o(s) autor(es)

Felipe Rempp Ribeiro. Formando em direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC, campus São Miguel do Oeste. Email: ribeirof737@gmail.com

Gabriel Cesar Gonçalves de Araujo Cervinski. Formando em direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC, campus São Miguel do Oeste. Email: gabrielcervinski@hotmail.com

Daniela Zilio. Doutoranda e Mestre em Direito pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina - Unoesc. Professora do Curso de Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina - Unoesc. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa "Interculturalidade, identidade de Gênero e Personalidade", vinculado ao Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina - Unoesc. Advogada

